



O PODER, O LOCAL E A MEMÓRIA

ahmc

IIII • 2011

Exposição Documental

COIMBRA



ahmc

Ficha técnica

Título: O Poder, o Local e a Memória, 1111-2011

Local: Coimbra, AHMC, Casa Municipal da Cultura

Data: 14 de Novembro de 2011 a 18 de Fevereiro de 2012

Textos, Selecção de Documentos e montagem da Exposição: Paula França, Maria Fernanda Ribeiro, Nuno Ferreira

Edição: AHMC/CMC

Créditos de imagens: ©AHMC/CMC; ©DGARQ

Apresentação

No âmbito dos **900 anos de Coimbra** comemorando-se a data de atribuição do Foral à cidade, pelo Conde Dom Henrique, o AHMC organiza uma exposição intitulada **“O Poder, o Local, e a Memória, 1111-2011”**.

O Arquivo associa-se às Comemorações dos 900 anos da cidade, contribuindo para a preservação da sua memória, numa perspectiva dinâmica, de divulgação e conhecimento. Pretende-se levar o cidadão, através do contacto com os documentos, a reflectir um pouco sobre a temática do poder, que se organizou ao longo dos séculos neste local.

Constituiu-se aqui uma comunidade activa inserida num país que ajudou a criar e a construir.

Entre muitos registos numa dilatada cronologia, seleccionámos alguns documentos, que nos pareceram mais apelativos e significativos, embora, face à quantidade e diversidade, nem sempre a escolha tenha sido fácil. Atendemos também aos aspectos estéticos que uma mostra documental deve ter e às limitações dos meios do espaço expositivo: a nova área da sala de leitura do AHMC, nas instalações da Casa Municipal da Cultura de Coimbra.

Ao escolher imagens, que aludindo ao tema do poder, do local e da memória, pudessem servir de símbolo introdutório para a exposição, surgiram-nos duas possibilidades: a serpente, símbolo antigo da Sabedoria, presente no antigo selo da cidade de Coimbra e no seu actual logótipo, e o armorial régio de Dom Manuel, no Foral de 1516.

A serpente coroada, que encontrámos, não é, todavia, um desenho moderno estilizado. Reproduzimo-la directamente da marca de água das folhas de papel de um Livro de Vereações, do século XVI. Utilizámo-la para introduzir a legendagem dos documentos nas vitrines.

O pormenor da iluminura manuelina, dado o seu rico colorido, serviu-nos de cartaz e emblema, atraindo o visitante para a exposição documental.

Entre os documentos, procurámos aqueles em que aparecessem os agentes do poder central: o rei e os seus oficiais, os “juízes”, “alcaides” “alvazis”, e os elementos do

O PODER, O LOCAL E A MEMÓRIA

poder local, os representantes das populações: “os procuradores, vereadores e os homens bons do concelho”.

Ambos os poderes tentavam gerir a guerra e a paz, com os reinos vizinhos, dirimir conflitos, administrar a justiça e prover o bem-estar das populações.

Iniciámos com o texto do Foral de 1111, na cópia do Livro Preto da Sé de Coimbra.

Independentemente do contexto político em que foi atribuído, surpreendeu-nos um pormenor do registo no cartulário onde, à época, se compilavam todos os documentos importantes, e que actualmente está guardado no Arquivo Nacional.

Aparecia um sinal, muito comum nos documentos medievais, uma mão com o dedo indicador sinalizando determinado parágrafo.

O texto latino assim marcado refere uma cláusula muito importante para os habitantes e residentes na cidade: *a escolha dos representantes da autoridade régia devia recair entre os naturais de Coimbra*¹.

O documento seguinte, mais tardio, mas mesmo assim, dos mais antigos do nosso acervo municipal, apresenta, em 1374, os representantes do concelho a defender os privilégios concedidos aos moradores da *cerca de Almedina*, para que esta zona fosse continuamente povoada.

Trata-se de um instrumento de agravo, decidido em Coimbra, na alcáçova do rei e perante os oficiais régios. O procurador do concelho, Estêvão d' Aveiro, e os outros homens bons não vacilaram na defesa dos direitos atribuídos à população, que representavam, perante o Juiz Afonso Martins Alvernaz².

Em 1385, nas célebres Cortes de Coimbra, entre os nobres e prelados, que defenderão a legitimidade de Dom João, Mestre de Avis, como herdeiro do trono, encontramos, mais uma vez, os representantes do concelho e os tabeliães régios. Entre eles, destaca-se João de Coimbra, que assina o auto fazendo o seu sinal de tabelião, não deixando, todavia, de invocar a protecção divina, face à conjuntura conturbada que se vivia.

O documento possui o selo do concelho de Coimbra, entre os confirmantes, revelando a postura da cidade nesta causa nacional³.

Mas como eram escolhidos os governantes da cidade?

¹ Doc. 1, PT-TT-CSC-L06

² Doc. 2

³ PT-TT-GAV-13-10-12

Pelo Foral de 1111 ficamos a saber, dever ser a escolha régia determinada pela naturalidade.

As Ordenações do Reino (Afonsinas, Manuelinas e Filipinas) registam e regulamentam todo este procedimento. Curiosamente não sofre grandes alterações durante centenas de anos.

Na colecção de *Cartas Originais dos Infantes do AHMC*, conjunto de missivas em papel do século XV, enviadas à Câmara de Coimbra, entre 1418-1485, deparamo-nos com um singular documento do Duque Dom Pedro. É dirigido “aos juízes e vereadores e homens bons da nobre e leal cidade de Coimbra” mostra que nem sempre o processo era isento, sendo necessária a intervenção superior⁴.

Os cargos não deviam ser sempre exercidos pelas mesmas pessoas, alertando o Duque para a necessidade de renovação, e para que se cumprisse o regimento, na feitura dos pelouros.

Julgamos que a eleição sumária, realizada no verso da própria missiva do duque, nos demonstra a tentativa de resolver de imediato um desses conflitos.

Os representantes da comunidade local eram escolhidos pelos seus pares, num processo eleitoral algo diferente do que hoje estamos habituados. Os nomes dos elegíveis eram previamente seleccionados e registados num pedaço de papel, que era depois encerrado numa bola de cera: o **pelouro**. Na altura da “eleição” uma criança, ou uma outra pessoa designada pela assembleia, extraía do saco, da arca, ou do cofre, os pelouros à sorte.

Na cidade de Coimbra, o cofre dos pelouros era um objecto rico, com chaves de prata, oferecido por um dos vereadores⁵.

Os nomes assim obtidos eram os eleitos para esse mandato. Era então enviada essa lista para sanção superior ao rei, ou no caso específico de Coimbra, ao duque Dom Pedro, a quem fora confiada essa incumbência para a cidade. Depois de aprovada a **pauta**, eram notificados os eleitos para virem exercer o cargo, indo-lhes levar a **vara da vereação** a casa, o porteiro da Câmara.

A grande alteração no processo eleitoral surge apenas com o Liberalismo.

As **Vereações** eram, até aí, constituídas por **três Vereadores**, escolhidos entre os cidadãos e pelo **Procurador do Concelho**, também ele cidadão.

⁴ Doc. 3

⁵ Doc. 6

O PODER, O LOCAL E A MEMÓRIA

Passam a integrar também dois elementos dos mesteres, os **Procuradores da Casa dos 24**, eleitos entre os profissionais embandeirados dos ofícios mecânicos existentes na localidade, privilégio concedido por D. João I em retribuição do apoio prestado à sua causa.

D. João IV conceder-lhes-á também o privilégio de uso de vara, insígnia reservada aos Vereadores e Juizes.

A partir de 1537, ano em que a Universidade é instalada definitivamente em Coimbra, por ordem régia, passa a integrar a Vereação municipal da cidade mais um vereador, o **Vereador do Corpo da Universidade**, escolhido directamente pela sua Corporação⁶.

Presidia às sessões da Vereação, o **Juiz de Fora**, magistrado de nomeação régia e, como o próprio nome indica, externo à localidade, ou o Corregedor da Comarca.

Ao Juiz competia o poder moderador e fiscalizador. O seu voto é um voto de qualidade, apenas utilizado para desempate, competindo a gestão corrente exclusivamente aos Vereadores.

Os eleitos ficavam com o cargo de gerir a vida da localidade e da sua população, provendo o seu bem-estar e sustento, aplicando e fazendo cumprir, os **regimentos e posturas**, que elaboravam, e votavam em assembleia, seguindo os princípios da Lei geral do Reino consignados nas Ordenações.

Realizavam reuniões periódicas deixando-nos disso imensos registos na série das *Actas de Vereação*, conjunto extenso cujo primeiro exemplar data de 1491.

Apresentamos dois exemplos: a acta da reunião 12 de Junho de 1518⁷, que regista as medidas extraordinárias a tomar para protecção, face à epidemia de peste; e o Livro de Vereações de 1635-1640, volume que regista as reuniões da Câmara no período Filipino. Foi recentemente identificado, num conjunto de manuscritos do Arquivo Nacional/Torre do Tombo, podendo ser consultado digitalmente na sua base de dados.⁸

Como se disse, a nova orgânica Municipal será instituída em 1834, com as amplas reformas administrativas. A Vereação passa a ser constituída apenas pelos Vereadores, assumindo um deles o cargo de Presidente da Câmara.

⁶ Doc. 5

⁷ Doc. 4

⁸ PT-TT-MSLIV-0349

O primeiro Presidente da Câmara Municipal de Coimbra é Agostinho José da Silva⁹.

Cessa a representação dos Procuradores da Casa dos 24, entretanto extinta, e o privilégio da representação do Vereador do Corpo da Universidade.

Mas os vereadores necessitam de um **local** para se reunirem.

A Casa da Câmara não foi sempre no mesmo sítio, e à Casa do Concelho medieval não se lhe conhece local exacto, avançando alguns autores várias hipóteses, junto da alcáçova, ou da Sé Velha.

Desde o século XIV está seguramente documentado que a Vereação reunia na **Torre de Almedina**, também designada por Torre da Relação¹⁰. Aí se manterá até ao século XIX. Todavia, teve outros locais esporádicos, nomeadamente durante as épocas de peste, quando a cidade ficava impedida.

Os vereadores reuniam fora de portas, no Convento de São Francisco da Ponte, em Condeixa, ou nas casas e quintas dos membros da vereação.

A **Casa da Cidade**, na Praça de São Bartolomeu¹¹, durante o final do século XVII e XVIII, foi um espaço muito apreciado, pois permitia também assistir, das suas varandas, às festas e touradas, que se desenrolavam na Praça Velha, (actual Praça do Comércio).

As Invasões Francesas incendiaram e destroem este espaço em 1810.

E a Vereação retorna à velha Torre.

A extinção do Tribunal da Inquisição, no espaço da cidade que ainda hoje mantém a designação de Pátio da Inquisição, fornecer-lhe-á um novo local para reuniões. Mas não é o adequado.

Em 1834, surge uma nova oportunidade: com a extinção das ordens religiosas, a Câmara solicita parte do **Mosteiro de Santa Cruz**¹², que lhe será concedido. Durante vários anos decorreram obras de adaptação do espaço conventual a **Paço do Concelho**, endividando-se o município por causa dessa obra.

O edifício será finalmente inaugurado em 13 de Agosto de 1879¹³.

Além deste espaço físico, sede do poder e cartório do município, existe toda a vasta região envolvente, o chamado “arrabalde” que mais tarde é designado por “termo da

⁹ Doc. 7

¹⁰ Doc. 8

¹¹ Doc. 9

¹² Doc. 10

¹³ Doc. 11

O PODER, O LOCAL E A MEMÓRIA

cidade de Coimbra”, composto por muitos concelhos e povoações que estavam submetidos à jurisdição da cidade.

Em tempos mais recuados, a cidade assegurava a todas essas populações a defesa e protecção das suas muralhas, recebendo em troca a prestação de serviços e tributos diversos.

Este espaço envolvente foi-se modificando e reduzindo ao longo do tempo, fruto de variadas reformas administrativas e fiscais, estando hoje limitado às 31 freguesias do actual concelho de Coimbra.

De todas estas vivências e **memórias** o repositório natural é o ARQUIVO.

Para o preservar é necessário também um espaço, um local para guardar a memória. O local da memória foi acompanhando a vida da instituição e peregrinando pelos vários espaços da cidade que foram sede da Câmara.

Da primitiva organização do Arquivo chegou-nos o *Livro do Alfabeto e Memória*, de 1629. Registava todos os livros, provisões, alvarás e documentos importantes para a gestão da cidade¹⁴. Nessa data ainda existia nos sacos da arca, o foral antigo do Conde Dom Henrique, exemplar que já não chegou até nós, conhecendo-se apenas os originais, recolhidos no final do século XIX, no Arquivo Nacional/Torre do Tombo.

Esta necessidade de organizar os documentos é pois antiga e será frequentemente lembrada pelo poder central ao poder local, através das “*Sentenças de Correição*”. Estas audiências do século XVIII, eram uma espécie de auditoria anual, que o rei mandava fazer pelo Corregedor da Comarca, em todos os concelhos.

Uma das perguntas obrigatórias era se o concelho possuía um **local onde se reunir e onde guardar o “foral, os tombos, e as ordenações do Reino”**, e se esse espaço reunia as condições necessárias para essa finalidade.

Em Coimbra a resposta foi negativa em 1727 e 1738, dizendo-se haver “arca e armários na casa do cartório [Torre], mas danificados” e que “os papéis e documentos estavam em monte” sendo necessário fazer obras, pelo que se solicitava auxílio régio.

Mas a organização realizou-se apesar das dificuldades, e disso são prova as encadernações características do século XVIII, que nos chegaram nas séries das *Vereações*,

¹⁴ Doc. 12

das *Notas*, do *Registo*, bem como as compilações de diversos documentos avulsos e a sua sumariação.

Elaboram-se também vários volumes de cópias e transcrições de documentos antigos do acervo municipal, encomendados, entre outros, ao “escritor João Leandro do Amaral”, que aparece designado com o epíteto de “pessoa de notória inteligência de letras antigas”. Estas colectâneas permitem hoje conhecer documentos que entretanto se perderam, ou extraviaram.

No século XIX, todavia, o esforço organizativo continua.

O *Inventário da CMC* de 1871¹⁵, apresenta uma relação de todos os objectos e bens do município. Alguns deles ainda se encontram à guarda do AHMC: nomeadamente as *varas da vereação* e a *Imagem de São Jorge*, que figurava na Procissão do Corpo de Deus, organizada pela Vereação.

Esta peça foi recentemente restaurada por Jorge Pereira, na sua oficina de restauro, *Ouro Fino*, Viseu, tendo retornado ao AHMC, sem custos para o Município, num acto de relevante mérito cultural que queremos realçar e enaltecer.

Desde os *Índices e Sumários*, de Aires de Campos, publicados entre 1867 e 1875, ao *Catálogo dos Manuscritos do AMC*, de 1964; até à **informação arquivística** disponível, desde 2008, *on line na página da CMC*, o AHMC organiza sistematicamente os seus fundos e partilha a sua documentação com o mundo.

Em 2009, o ano seguinte à divulgação da informação do AHMC, na página da CMC, registámos elevado número de investigadores de origem estrangeira no Arquivo.

Vinham do Brasil, dos EUA, da Holanda. Traziam projectos com temáticas muito diferentes, desde a Gastronomia, à História dos Instrumentos de Música Antiga, à perseguição de Judeus durante a Segunda Guerra Mundial, e até à ligação da História de Portugal com África; a todos o Arquivo soube responder, o que demonstra a diversidade e riqueza da sua memória documental.

A partir deste ano aumentaram também os pedidos de informação via *e-mail* de muitos utilizadores fora das fronteiras da cidade, que consultavam o Catálogo *on line* e se dirigiam para obter informação mais detalhada ao AHMC.

¹⁵ Doc. 13

O PODER, O LOCAL E A MEMÓRIA

Actualmente, a maioria dos utilizadores chegam ao Arquivo com as referências do que pretendem consultar já retiradas do Catálogo *on line* e depois de “navegarem” pelos vários conteúdos da página do AHMC.

Desde o velho espaço das arcas no cartório da Torre de Almedina ao depósito e sala de leitura na Casa Municipal da Cultura, o Arquivo constituiu-se como um **serviço** do Município **voltado para o público**.

Os dados estatísticos que nos revelam o seu movimento e funcionamento, durante o ano, correspondem ao **número de consultas** efectuadas e à **quantidade de espécies documentais**, (dos mais variados tipos e suportes), saídas do depósito.

A consulta dos originais é efectuada na sala de leitura, pelos investigadores, ou pelos próprios serviços municipais para certificação dos actos administrativos.

A consulta *on line* não é possível para a totalidade dos fundos de Arquivo. Estão acessíveis os Instrumentos de descrição e pesquisa do AHMC e alguns conteúdos, nomeadamente a **Colecção das Cartas Originais dos Infantes 1418-1485**, e outros documentos como a **Lei das Sesmarias**, através da página Web da CMC, como se disse.

Para as reproduções digitais de documentação, tão solicitadas actualmente pelo público, o Arquivo carece ainda de meios e equipamentos específicos que permitam a sua execução com qualidade e em larga escala.

No entanto, entre 1993 e 2010 o AHMC registou um crescimento gradual das consultas efectuadas, na ordem dos **225%**.

A quantidade de documentos compulsada por ano é muito variável. Depende do tipo de pesquisa em curso e da própria forma física e suporte, dos documentos solicitados: anos em que se regista um elevado número de consultas, não significa, por vezes, um grande volume de documentos saídos do depósito.

O universo de utilizadores do AHMC é muito diversificado.

Como arquivo local de um município o AHMC recebe um leque de utilizadores que vão do cidadão comum ao investigador académico. Tentando analisar este universo entre 1993-2010, verificamos não ser a maior fatia de público a de utilizadores universitários, mas sim a dos cidadãos, de várias profissões, investigadores de temas locais e da sua própria “história”.

Atendendo a que a cidade tem uma universidade, a mais antiga do país, claro que a investigação e pesquisa académica se repercutem no movimento do Arquivo.

O grupo de estudantes universitários, professores e investigadores académicos modificou-se entre 1993-2010. Inicialmente o Arquivo servia uma comunidade de investigadores ligada às áreas de ensino das disciplinas da História.

Actualmente, os seus utilizadores estão ligados à área das Ciências.

Existe um conjunto de utilizadores que se dirige ao AHMC, para fazer investigação, no âmbito do seu curso e que o Arquivo “perde”, por falta de meios de resposta. São os estudantes e investigadores da área da Arquitectura e do Urbanismo.

O AHMC, não tem meios de reprodução para os exemplares de projectos e plantas que possui. Para um utilizador deste nível essa reprodução é essencial para poder trabalhar, com rigor e à escala. Com documentos gráficos e desenhos, a mera visualização, ou consulta do original na sala de leitura, suficiente para os documentos textuais, não basta para recolher a informação e os dados necessários à investigação científica.

A terminar este evento não queremos deixar de fazer um agradecimento especial ao Senhor Director da DGARQ, Dr. Silvestre Almeida Lacerda, pela cedência das imagens de originais antigos da Torre do Tombo para as edições da CMC no âmbito das Comemorações dos 900 anos da cidade de Coimbra.

A finalizar, uma palavra de gratidão aos colegas de trabalho, Dr^a Fernanda Ribeiro e Nuno Ferreira, e à Eng^a. Virgínia Manta, da DIGS, pela sua dedicação e empenhamento num ano particularmente difícil para todos nós.

Aos amigos do AHMC, e à Família, que sempre nos apoiaram e incentivaram, o nosso Obrigado de sempre.

Coimbra, 14 de Novembro 2011

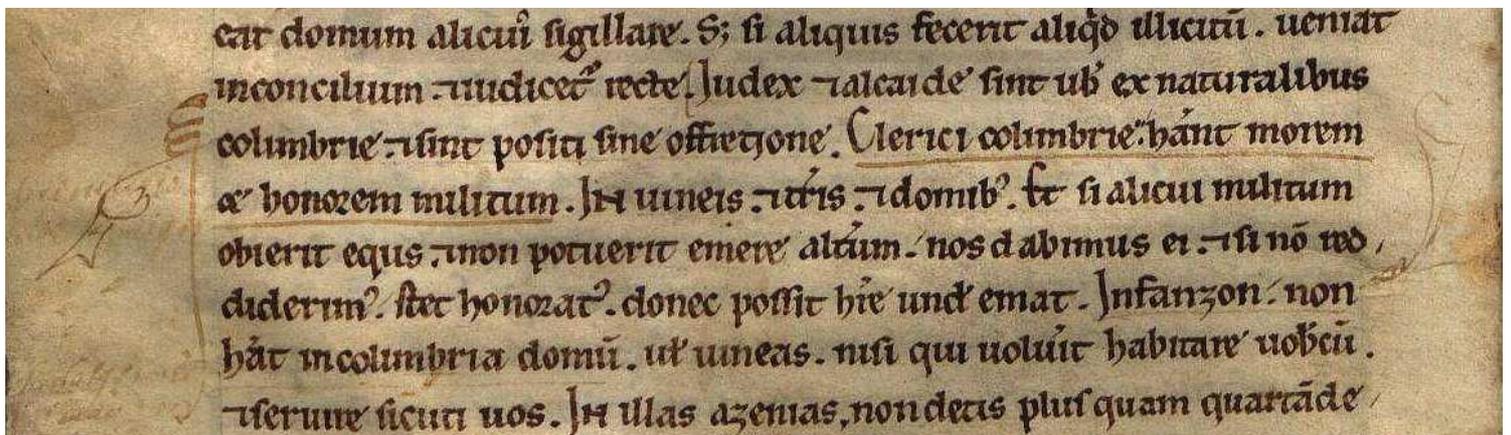
Paula França

ahmc

CATÁLOGO DA EXPOSIÇÃO

ahmc





Doc.1 Cópia do **Foral de IIII**, no Livro Preto, PT-TT-
CSC-L06

Doc. 1

1111, Maio, 26. Carta de Foral outorgado a Coimbra pelo Conde Dom Henrique e sua mulher, a Rainha Dona Teresa, na sequência de reclamações do concelho, contra a autoridade dos representantes do Conde. Estabelecem-se novos compromissos com os seus habitantes reafirmando que o **juiz e alcaide serão daí naturais e serão nomeados sem nenhum contributo**: “Judex et alcaide sint vobis ex naturalibus Colimbrie et sint posit sine offretione”. Parágrafo assinalado com uma mão, com o dedo indicador, apontando esta passagem do texto.

AN/TT/Cabido da Sé de Coimbra/L06. Imagem da Cópia do documento, registada no **Livro Preto da Sé de Coimbra**, Cartulário do séc. XII-XIII, outrora pertencente ao Cartório da Sé de Coimbra, actualmente no Arquivo Nacional.

Doc. 2

1374, Abril 5, Coimbra. Confirmação de privilégios e garantias anteriormente concedidos aos habitantes da **cerca de Almedina**, constantes do instrumento de agravo feito ao concelho, decidido na alcáçova d'el-rei, em Coimbra perante Afonso Martins [Alvernaz], juiz e acontador, e os representantes da cidade: Estêvão d'Aveiro, procurador do concelho, Afonso Martim Alvete, Gonçalo Gonçalves, Domingos Alvo, Diego Alvares, Fernão Vasques, André Anes, Afonso Peres, Fernão Anes, e outros homens bons da cidade. **É o documento mais antigo que se preserva no Arquivo Histórico Municipal, onde se registam os nomes dos representantes do poder local em acto de defesa dos privilégios concedidos à população.**

AHMC/Col. *Pergaminhos Avulsos*, nº 23, 1374. Or. Pergaminho, 270mm x 710mm.

Doc. 3

1437, Dezembro, 24, Penela. Carta do Infante D. Pedro, aos juízes, vereadores, procurador e homens bons da cidade de Coimbra, para que observassem o regimento na feitura dos pelouros e eleição dos vereadores e juízes, não devendo nomear para os ofícios quem já servira, escusando, por isso, Diogo Álvares, do Avelar, e Rodrigo Anes, escudeiro, que já tinham sido, vereador em 1436, o primeiro, e juiz, em 1435, o segundo.



Doc. 3 [verso]

No verso, o exemplar regista, provavelmente, **a pauta da nova eleição sumária**, a que terão procedido, no seguimento das instruções, para submeter posteriormente, à aprovação do Infante. Aparece um nome repetido, com nove votos, Lopo Falcão, outros nomes surgem apenas uma vez, João de Coimbra; João Vasques; e o Comendador. Os pontinhos à frente de cada nome indicam o apuramento dos votos.

AHMC/Col. *Cartas Originais dos Infantes*, nº 43, de 24 de Dezembro de 1437, Or. Papel, 220mm x 225mm, selo de chapa com a divisa da balança.

Doc. 4

1518, Junho, 12, Coimbra. Reunião da Vereação para se tomarem providências na cidade de Coimbra face ao aviso da epidemia de peste em Antuã. Estabelecem a guarda da cidade nas várias portas, sobretudo na da zona do Arnado (a entrada norte). Os viajantes são obrigados a dizerem de que zonas vinham, sob pena de não poderem entrar na cidade. Estabelecem-se também, pesadas penas pecuniárias e castigos para os que mentirem e ocultarem a proveniência. A acta é assinada por todos: o Juiz de fora, Cristóvão Mendes, licenciado; os Vereadores: Vasco da Costa; Pedro Álvaro de Figueiredo; Francisco Mascarenhas; o Procurador-Geral: Diogo de Figueiredo; os Procuradores dos Mesteres: João Álvares, [ferrador]; Fernando da Serra, [latoeiro].

AHMC/Vereações, nº 3, 1518, fls. 33v. Or. Papel, volume encadernado, 295mm x 405mm, (aberto).

Doc. 5

1557, Janeiro, 15, Lisboa. Pauta da eleição rectificada pelo Rei, apresentando os nomes dos Vereadores e Procurador do Concelho. Regista-se a eleição do Vereador do Corpo da Universidade, Doutor Gaspar Gonçalves, privilégio concedido por D. João III, após a transferência da Universidade para Coimbra.

AHMC/*Documentos Avulsos em Papel*, nº 187, 1557. Or. Papel, volume encadernado das cartas de nomeação enviadas à Câmara, entre 1545-1820, 293mm x 205mm.

Doc. 6

1574, Fevereiro, 17, Coimbra. Acta da Vereação em que se regista a oferta pelo Vereador Manuel Leitão, de um cofre de prata, com três chaves, para se guardarem as pautas das eleições dos Vereadores, o **Cofre dos Pelouros**: “[...] nesta camera trouxe Manoell Leitam vereador ho presente ano hum cofre pequeno dourado por fora o quall tem tres chaves pequenas de prata com tres fechaduras e narizes a feição de corpos de homens e suas guarniçõis e tiramte por sima tudo de prata [...] que lhe fizera de custo com o feitio sete mill rs. de que tudo fazia servico e amizade a esta camera”.

AHMC/Vereações, nº 18, 1573-1574, fl. 169v e segs. Or. Papel, volume encadernado, 380mm x 295mm, (aberto).

Doc. 7

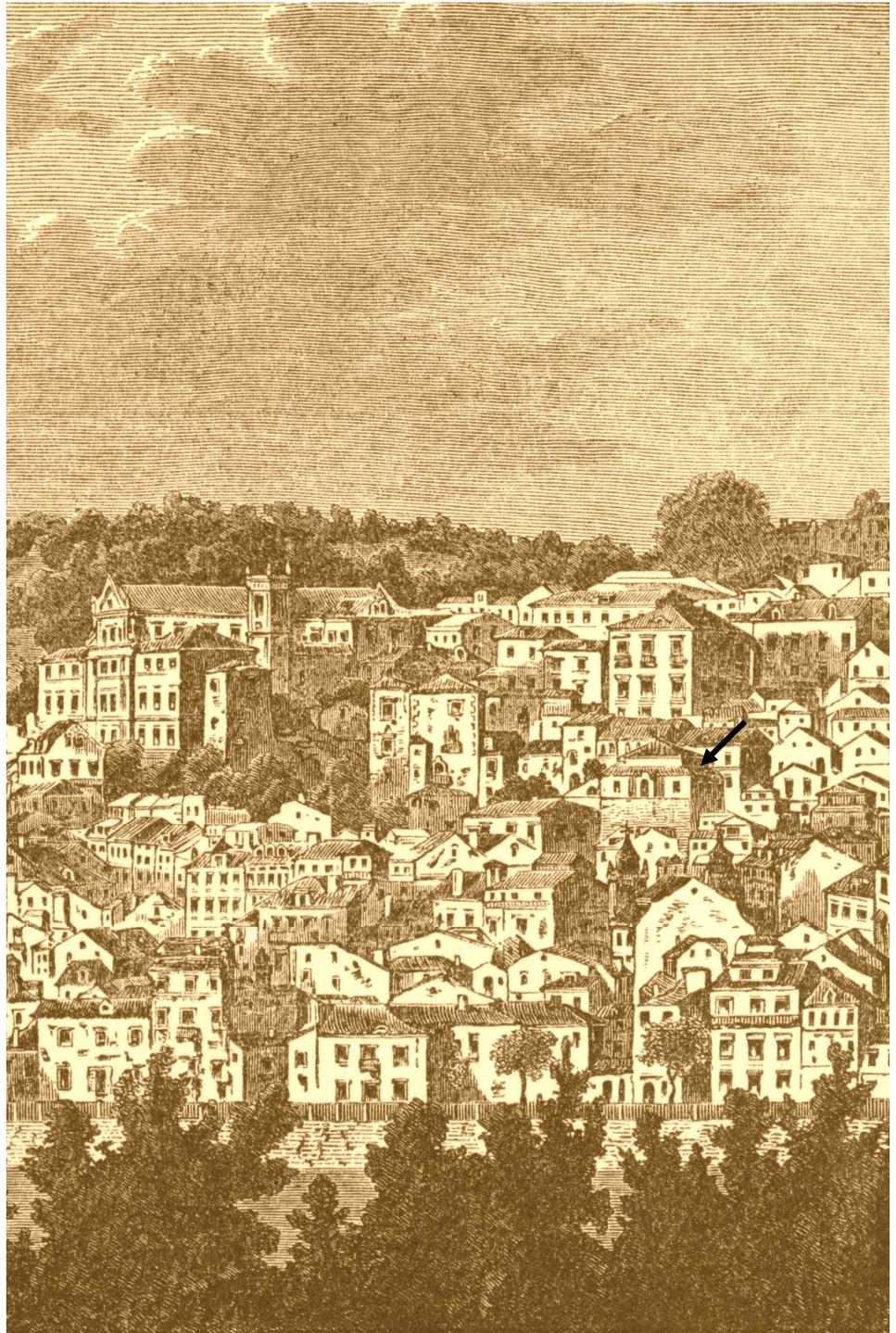
1834, Maio, 22, Coimbra. Auto de Posse e juramento da Comissão Municipal interina, composta pelo Doutor Agostinho José Pinto de Almeida, **Presidente**, pelo Doutor João Alberto Pereira de Azevedo, José Henriques Seco de Albuquerque, António Manuel Pereira e João José de Lemos, em cumprimento da Carta Constitucional da Monarquia Portuguesa de 1826.

AHMC/Vereações, nº 75, 1830-1834, fls. 203 v. e 204. Or. Papel, volume encadernado, 300 mm x 415mm (aberto).

Doc. 8

1424, Março, 1, Coimbra. Instrumento de empraçamento em três vidas feito a Gonçalo Anes, filho de João Afonso, Chantre da Igreja de S. Pedro, de um chão apres a dita igreja, realizado na Torre da Rolaçam “seendo hy em rolaçom e rolaçom fazendo”, o Juiz Fernando Afonso, os Vereadores Afonso Domingues, Vasco Martins e Diogo Afonso e o Procurador do Concelho Fernão Peres. A **Torre de Almedina**, desde finais do século XIV é o local de reunião habitual da vereação da cidade, sendo a torre designada nos documentos, por **Torre da Vereação** e também por **Torre da Rolação**.

AHMC/Col. Pergaminhos Avulsos, nº 58, 1424. Or. Pergaminho, 447mm x 185mm.



Pormenor de estampa de Coimbra onde se destaca a
Torre de Almedina.

Archivo Pittoresco, 1866. Autor desconhecido.

Doc. 9

1768. O Tombo dos Bens, Juradias, Ofícios, Propriedades, Foros e Rendas de que esta de posse esta cidade e são da Administração da Camera, regista a **Casa da Praça de S. Bartolomeu**, na zona comercial da cidade daquela época. Era outro local de reunião para as Vereações: “[...] que a mesma Camara tem e pessue duas cazas com sua entrada patio e escadas de pedraria na praça desta cidade e estão sobre os asougues della, nas quaes cazas se costuma hoje fazer Camara em huma dellas e na outra arendar as rendas da cidade e os vinte e quatro do povo com seu juiz fazem as suas Juntas e as escadas que pera ellas vam tem sua entrada pella banda do arco de Santhiago que fica para a banda do norte e do sul com as cazas chamadas da farinha [...]”.

AHMC/Tombo 1768, fl. 5v. Or. Papel, volume encadernado, 425mm x 520mm (aberto).

Doc. 10

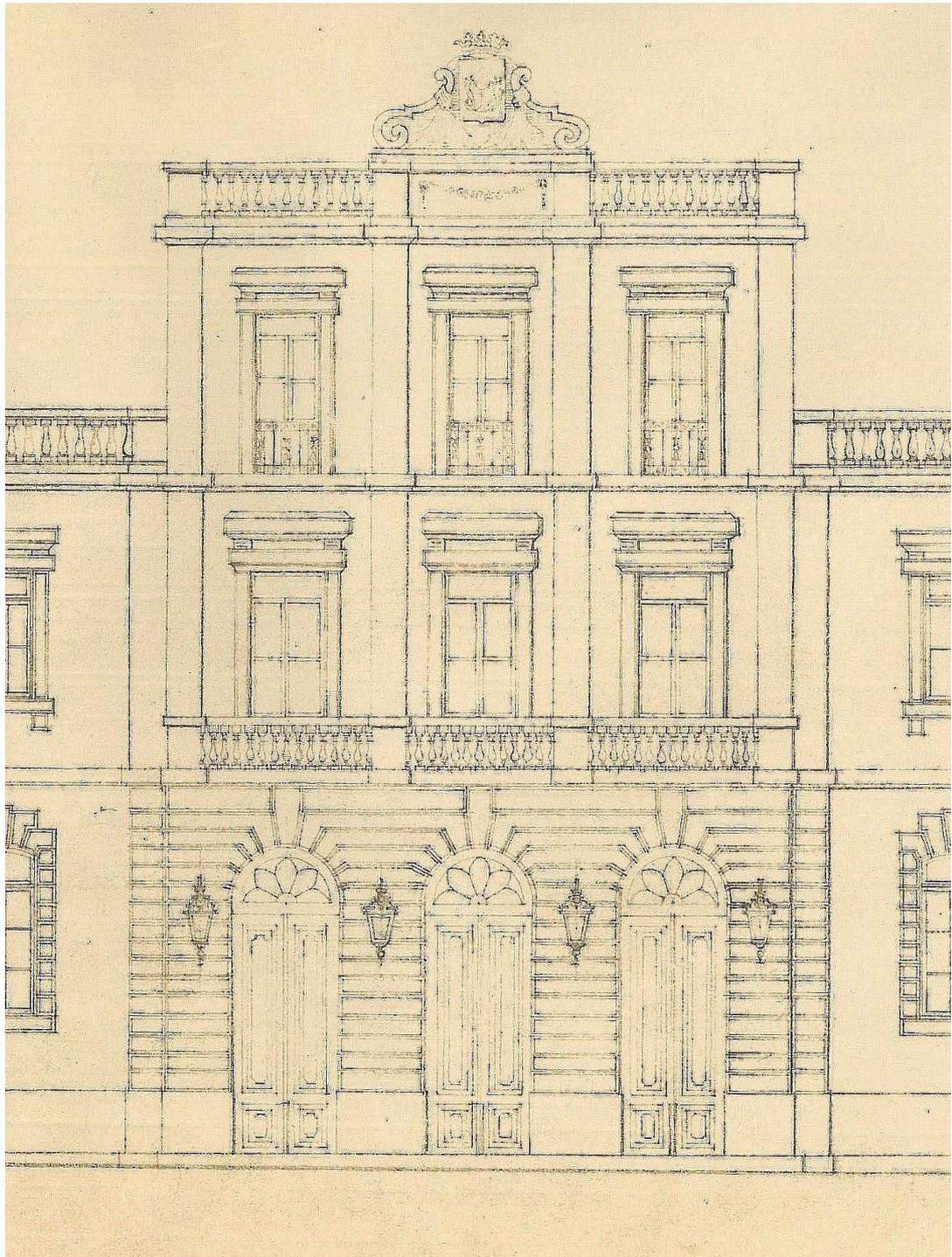
1835, Janeiro, 10, Coimbra. Representação dirigida pela Câmara aos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, alegando que o actual edifício “denominado Castelo do Arco de Almedina, fora até agora adoptado para caza da Câmara, não por sua idoneidade, mas porque o antigo, que a Câmara possuia de propriedade foi incendiada no tempo da Invasão Francesa, [...] não tem capacidade para albergar nem o archivo e secretaria, nem o funcionamento do juris que a Carta Constitucional sanciona”, pelo que pedem a cedência de parte das instalações do extinto **Mosteiro de Santa Cruz**.

AHMC/Títulos Originais, 1835. Or. Papel, volume encadernado, 430mm x 345mm (aberto).

Doc. 11

1879, Agosto, 13, Coimbra. Acta da primeira reunião do executivo municipal realizada nas salas dos novos Paços do Concelho. No final da acta foi registado pelo secretário da Câmara “no dia de hoje funcionou a vereação nas salas dos **novos Paços municipais**, com frente para a Praça oito de Maio”.

AHMC/Vereações, nº 96, 1879-1880, fls. 46v a 48v. Or. Papel, volume encadernado, 435mm x 540mm (aberto).



Cópia do desenho da fachada dos Paços do Concelho de Coimbra,
adaptação do Mosteiro de Santa Cruz.
Século XIX, Eng.º Alexandre da Conceição.

Doc. 12

1629. Livro do alfabeto e memória dos livros, provisões, alvarás, sentenças e mais papéis que estão na torre e cartório da Câmara desta mui nobre e sempre leal cidade de Coimbra, que se fez de mandado dos senhores juiz, vereadores e procurador-geral da mesma Camara e mais oficiais dela, para organização do Arquivo da Câmara, arrumados em maços e sacos dentro da arca do cartório.

O índice não segue o critério cronológico. Verifica-se que alguns documentos aí mencionados se extraviaram, pois não são referidos em outros instrumentos de descrição posteriores.

Um exemplar do Foral de 1111 existia ainda no séc. XVII, na posse da cidade:

“[...] - foral que fes o Conde Dom Amrique”.

AHMC/*Índice Velho*, 1629, fls. 45. Or. Papel, volume encadernado, 395mm x 330mm (aberto).

Doc. 13

1871. Inventário de todos os objectos pertencentes à Câmara Municipal de Coimbra. Apresenta numa das suas páginas a relação dos objectos que servem aos Senhores Vereadores, de que se destaca a referência às **varas, chapéus, capas de seda preta**, e “bacalhaus” bem como os objectos e **imagem de São Jorge**, para a festividade de Corpus Christi, que actualmente se conservam no AHMC.

AHMC/*Inventário 1871*. Or. Papel, volume encadernado, 360mm x 550mm (aberto).

Indices e Summarios dos Livros e Documentos mais antigos e importantes do Archivo da Camara Municipal de Coimbra, Coimbra, 1867-1872, <http://www.archive.org>

Catálogo do AHMC (versão actualizada), on line <http://www.cm-coimbra.pt>

Estatística do movimento do AHMC entre 1993-2010. Gráficos.

Caracterização do público do AHMC entre 1993-2010. Gráficos.



Imagem de São Jorge, antes da intervenção de restauro.

Maio de 2011



Imagem de São Jorge, depois da intervenção de restauro.

Setembro de 2011

ahmc

